

RESOLUÇÃO N.º 001/2008

Dispõe sobre procedimentos para controle e concessão de gratuidade no transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros.

A DIRETORIA EXECUTIVA DA AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, em regime colegiado, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 1.403/00, de acordo com os incisos I e II do art. 2º, inciso V do art. 3º e incisos III e X do art. 4º, todos da Lei Complementar 66/99, conforme reunião realizada no dia 26 de fevereiro de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei 8.823 de 16 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º O exercício do direito previsto no art. 3º da Lei nº 8.823, de 16 de janeiro de 2008, no âmbito do serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, rege-se complementarmente por esta Resolução.

Art. 2º As empresas prestadoras do serviço deverão reservar aos beneficiários com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos, 2 (duas) vagas gratuitas por veículo acima de 20 (vinte) lugares e 1 (uma) vaga gratuita por veículo de até 20 (vinte) lugares.

§ 1º O benefício deverá ser garantido em todos os horários dos serviços alternativos e convencionais, ainda que operados com veículos de características diferentes.

§ 2º Na existência de seções devidamente autorizadas para embarque de passageiros, a reserva de assentos também deverá estar disponível, devendo a empresa comunicar o ponto de origem da linha, para devida reserva e garantia do benefício.

§ 3º Quando uma mesma empresa prestadora do serviço possuir linhas em que seja possível a conexão, deverá disponibilizar a reserva da passagem para o segundo trecho a ser percorrido pelo beneficiário da mesma forma que procede com os usuários pagantes.

§ 4º O “Bilhete de Gratuidade” é intransferível.

Art. 3º No ato de solicitação do “Bilhete de Gratuidade”, o beneficiário deverá apresentar documento pessoal que comprove idade mínima de sessenta anos e renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos.

§ 1º O beneficiário aposentado por invalidez fica excetuado da comprovação de idade, desde que comprove auferir rendimentos de até 2 (dois) salários mínimos.

§ 2º A comprovação da renda, além dos documentos elencados no parágrafo único do art. 6º da Lei 8.823, de 16 de janeiro de 2008, poderá ser feita mediante apresentação de

documento ou carteira emitida pela Secretária Estadual ou Municipais de Assistência Social.

Art. 4º O “Bilhete de Gratuidade”, além das informações obrigatórias deverá conter a denominação “Bilhete de Gratuidade”

Art. 5º As empresas prestadoras do serviço deverão assegurar ao beneficiário da gratuidade os mesmos direitos do usuário previstos na legislação do transporte rodoviário intermunicipal de passageiro, cabendo a ele as mesmas obrigações.

Art. 6º Não estão incluídas no benefício as tarifas de pedágio, onde houver, seguro facultativo e utilização de terminais rodoviários (Taxa de embarque).

§ 1º Parágrafo Único. O responsável pela venda de bilhetes deverá comunicar ao beneficiário o valor da Taxa de embarque e tarifa de pedágio, quando houver, discriminando os valores no bilhete de gratuidade.

§ 2º deverá informar ainda sobre a possibilidade de contratação do seguro facultativo e suas vantagens.

Art. 7º As empresas prestadoras do serviço deverão mensalmente enviar a AGER relatório padronizado para controle de gratuidade conforme modelo do anexo I desta Resolução.

Art. 8º Na impossibilidade de efetuar a reserva no dia e horário solicitado, a transportadora fica obrigada a comunicar por escrito ao beneficiário o motivo do não atendimento, conforme modelo de formulário constante do anexo II desta Resolução.

Art. 9º Nos veículos de dois andares – Double Decker, serão reservadas as duas poltronas na parte inferior dianteira do veículo, geralmente de nº 45 e 46 nestes tipos de veículos, devendo estarem identificadas de forma visível e inequívoca, com letreiro contendo a inscrição “vagas reservadas”.

Art. 10º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá, 26 de fevereiro de 2008.

MÁRCIA GLÓRIA VANDONI DE MOURA
Presidente Reguladora

ANEXO II

Informamos a V^a. Senhoria que não poderemos conceder o benefício da gratuidade solicitada na linha.....,seção.....
horário.....dia...../...../....., pelo seguinte motivo.....
.....